



*E quando lá no horizonte
Despontar a Liberdade;
Rompendo as férreas algemas
E proclamando a igualdade.
Luiz Gama*

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO POVO NEGRO E DÍVIDA SOCIAL

A violência e brutalidade da escravidão negra, impetrada cruelmente durante séculos, acabaram por assumir outros matizes, sendo perpetuadas em práticas históricas de preconceito, segregação, opressão e exclusão. Ora de maneira simbólica e velada, ora de forma concreta e explícita, multiplicam-se na história formas sub-reptícias de negação do lugar do negro na sociedade brasileira.

A perspectiva da construção de uma democracia racial, dinamizada a partir do intenso processo de miscigenação, revelou-se historicamente falaciosa e ideológica. Definitivamente a miscigenação não foi capaz de suplantar a força perversa e desagregadora do preconceito. As conquistas democráticas e os avanços de concepções no campo dos direitos humanos não significaram, de maneira plena, a aurora de novas perspectivas e possibilidades sociais e culturais para o conjunto da população negra. A sociedade brasileira traz, no cotidiano da vida dos negros, as profundas e nefastas marcas de uma dívida social que está longe de ser resgatada.

As expressões culturais e religiosas oriundas de tradições africanas, como no passado colonial, continuam levando o rótulo de barbárie, sendo inclusive criminalizadas. No campo da cultura a produção africana é compreendida como exótica e primitiva. No campo religioso é comum a desvalorização e redução das concepções africanas, como se não passassem de meras superstições. No geral, o senso comum ainda lê a África negra como espaço vazio, desprovido de qualquer cultura e de religião, sem nenhuma contribuição relevante à civilização.

É preciso compreender e desvelar os sutis mecanismos de banimento social, a rebaixar a capacidade e produção artístico-culturais afro-brasileiras. É fundamental ainda discernir como se dá a vil dinâmica de escamoteamento das influências socioculturais de mãe África, de maneira a negligenciar o lugar de protagonismo do negro na história e formação política do Brasil. A ancestralidade africana nunca foi reivindicada na cultura brasileira como a herança cheia de belas representações e possibilidades que de fato é. Ao contrário, criaram-se, historicamente, dinâmicas ideológicas e alienantes, que conduziram para que as expressões oriundas de mãe África fossem sempre concebidas de maneira pejorativa, negativa, devendo ser esquecidas e extirpadas.

Em um contexto histórico mais recente, na dialética brutal de uma história que guarda longa duração na sociedade brasileira, o negro continua sua trajetória existencial sob o peso e virulência do estigma do preconceito e da opressão. A vulnerabilidade social, mantendo o negro em uma condição marginal na organização da sociedade, passa a ser outro perverso elemento, de uma história já tão marcada por mecanismos de segregação. O direito à cidadania é negado ao negro no cotidiano do tecido das relações sociais. Sem acesso a uma educação de qualidade, constantemente submetido a trabalhos precarizados, no limite, o povo negro – principalmente os jovens – sofre a banalidade do extermínio nas periferias dos grandes centros urbanos. Após ter tantos direitos negados, em uma existência de privação material e tortura psicológica, a bestialidade de uma sociedade dividida rouba do negro, em um último e definitivo movimento de boçalidade e injustiça, o direito básico à vida.

O resgate e pleno reconhecimento das ricas e fundamentais heranças africanas é condição *sine qua non* para a afirmação da identidade de todo o povo brasileiro, não apenas do negro. Dimensões profundas de tradições africanas nos constituem e nos definem como povo. Não há cultura brasileira de fato sem o complexo encontro das inúmeras matrizes étnico-culturais comumente reduzidas a indígena, a europeia e a africana. O reconhecimento autêntico desse conflituoso processo de miscigenação e sincretismo – ressaltando o lugar e legitimidade de cada contribuição – constitui-se como o único caminho para a construção de uma identidade cultural íntegra, a suplantar qualquer resquício de segregação e preconceito.

Coloca-se, no contemporâneo, como tarefa primeira e urgente vislumbrar e recriar estratégias de ressarcimento material e moral à população negra. O reconhecimento e o efetivo resgate das dívidas sociais, projetadas em séculos de práticas históricas de preconceito e exclusão do negro, constituem-se como passo fundamental para a construção de uma sociedade íntegra, sedimentada, sobretudo, nos princípios de justiça e equidade.

A partir de tais reflexões, compreensões e perspectivas é que o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, vem a público para manifestar seu mais profundo e enfático repúdio a toda e qualquer forma de preconceito, segregação e violência contra a população negra. É preciso denunciar e dar um basta à banalização do mal, que alcança expressão histórica no extermínio cotidiano de milhares de jovens negros.